



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

ÍNDICE**Pág**

Introdução	3
A Instituição	4
Atividades desenvolvidas	
<u>I – Projeto de Construção do Equipamento Social</u>	6
<u>II – Atividades de Apoio à Comunidade</u>	7
A – Atendimento e Orientação Social	
B – Rastreio de hipertensão e Diabetes	
<u>III – Atividades socioculturais e de Educação Patrimonial</u>	8
A – Projeto Intergeracional “Memória Viva “	
B – Sessão de Capacitação Digital	
C – Jornadas Europeias do Património	
D – Celebração da época Natalícia	
Desmonstrações financeiras	10
Demonstração de Resultados	
Balanco	
Anexo	
Demonstração de Fluxo de Caixa	
Parecer do Conselho Fiscal	

Introdução

Serve este documento para apresentar à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2022, bem como as demonstrações financeiras do exercício.

O plano de atividades proposto desenvolveu-se em três áreas: I – Projetos a desenvolver; II – Atividades de apoio à Comunidade e III- Atividades socioculturais e de educação patrimonial. À exceção da proposta de requalificação do terreno do Areal, a qual esteve sempre condicionada ao financiamento através de investimento externo, todas as atividades propostas foram realizadas, dentro do previsto.

O ano de 2022 fica marcado com o arranque do projeto de construção do Equipamento Social, com a aprovação, em Julho, da candidatura da Misericórdia ao PRR – Programa de Recuperação e Resiliência. Esta aprovação garantiu o financiamento público de 69% do custo global da construção do Edifício.

Ao terminar o ano, é salvaguardado o financiamento da componente privada da construção do Equipamento Social e o Concurso Público para a Empreitada da Obra encontra - se a decorrer.

A presença e participação da Misericórdia em reuniões presididas pela Câmara Municipal de Portimão, nomeadamente no Conselho Local de Ação Social (CLAS); na Comissão Municipal de Proteção Civil e no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo (NPISA), contribuíram para o posicionamento da Instituição como entidade com capacidade para atuar no sector social.

Ao longo do presente documento, procuraremos fazer uma breve caracterização da Misericórdia, no que diz respeito à sua Irmandade, passando de seguida para as atividades desenvolvidas de acordo com o plano de atividades apresentado, terminando com as demonstrações financeiras do exercício.

A Instituição

A Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande é uma Instituição Particular de Solidariedade Social inscrita sob o n.º 1/19, folhas 168, 168 verso, 169, 169 verso e 170 do Livro n.º 2 da Irmandade das Misericórdias, com registo efetuado na Direção Geral da Segurança Social em 03/11/2014.

Os Órgãos Sociais em exercício cumprem o mandato de 2020-2023 e são constituídos pelos seguintes membros:

Assembleia Geral

Presidente – José João Albano Dias

1.ª Secretária – Rita Joana da Silva Pinto Dias

2.ª Secretária – Adosinda da Silva Calhau Guia

Mesa Administrativa

Provedor – António José Duarte Borralho

Vice-Provedor – Susana Filipa da Silva Santos

Secretário – Bruno Miguel Amores Inácio

Tesoureiro – Mónica Filipa Várzea Afonso

Vogal – Armando da Conceição Esteves

Conselho Fiscal

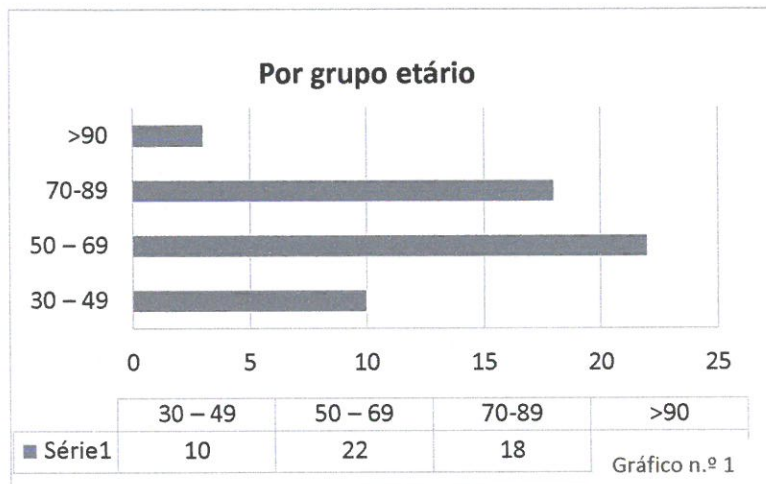
Presidente – Maria dos Santos C. Mateus Cristino

Secretário – Susana Isabel da Silva Guia

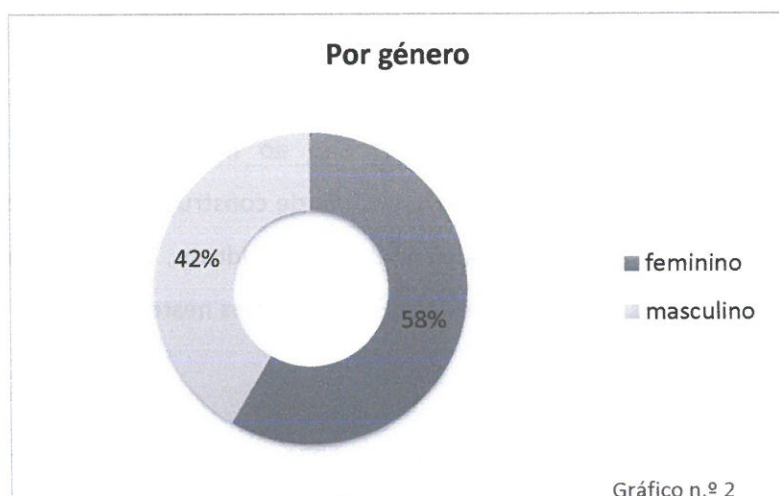
Vogal – Ana Sofia Anacleto Luís

Caracterização dos Irmãos Associados

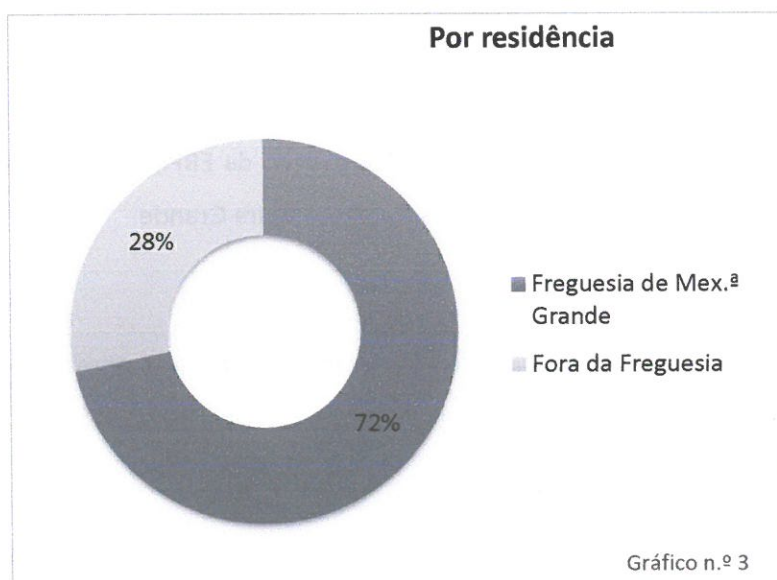
Em 31 de dezembro a Irmandade da Misericórdia de Mexilhoeira Grande tinha 53 irmãos.



Através do Gráfico n.º1 verifica-se que a faixa etária com maior representatividade é a dos 50 aos 69 anos de idade.



Apesar de não ser muito significativa, a diferença entre os géneros justifica-se por um acréscimo de admissão de irmãos associados do género feminino. Nos últimos 5 anos foram feitas 12 admissões, das quais 10 foram do género feminino.



Em relação ao local de residência dos irmãos, 38 residem na Freguesia e os restantes 15, embora tenham a sua residência oficial noutras freguesias do concelho de Portimão e no concelho de Lagos, a sua maioria, estão ligados à Mexilhoeira Grande por naturalidade.

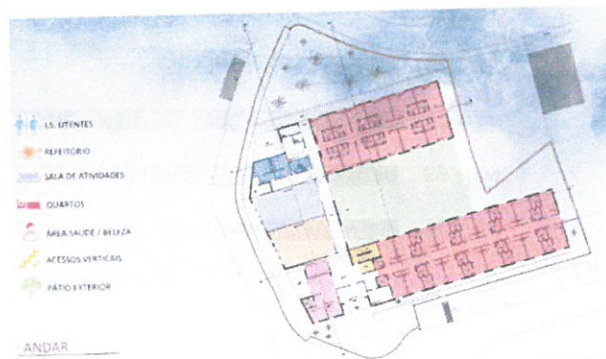
Atividades Desenvolvidas

I – Projeto de Construção do Equipamento Social da Misericórdia



RÉS DO CHÃO

O acesso ao nível do rés-do-chão é realizado pela entrada principal que dá acesso à zona de receção. Aqui, é feita a distribuição da circulação para o 1º Andar através de escadaria e/ou elevador, e é aqui que se encontram os serviços administrativos do lar, áreas destinadas aos funcionários e ainda a cozinha e lavandaria. A circulação entre os volumes é bastante linear de modo a facilitar a deslocação entre eles.



1º ANDAR

Ao nível do 1º Piso, a distribuição é pensada de modo a que a zonas de uso contínuo por parte dos utentes fiquem na zona central – a área de distribuição e acessos verticais, bem como a sala de atividades (com acesso a pátio exterior) e refeitório. Junto a este, uma copa de acesso direto ao monta-cargas para recebimento e distribuição das refeições. Este piso inclui ainda os blocos de quartos (com I.S. privativa e salas de estar com copa) bem como gabinete de enfermagem, banho geriátrico, cabeleireiro/pedicura.

O ano de 2022 foi particularmente intenso no que diz respeito ao número de processos e procedimentos que estiveram envolvidos nas diversas fases do projeto de construção do Equipamento Social da Misericórdia, com as suas respostas de Estrutura Residencial para Idosos, de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário. Destacamos apenas algumas ações decisórias neste processo.

Março 2022

Submissão da candidatura do projeto ao concurso 02-C03-iol-2021, T01.2 – Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência.

Julho 2022

- Notificação da decisão de aprovação da candidatura ao concurso 02-C03-iol-2021
- Assinatura do Contrato da comparticipação financeira para a Construção da ERPI, CD e SAD, entre o Instituto de Segurança Social I.P e a Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande

Novembro 2022

- A Assembleia Geral da Misericórdia reúne para a provar a contratação da proposta apresentada pela Caixa Crédito Agrícola, para o financiamento ao investimento da Construção da ERPI, CD e SAD.
- Abertura do concurso público para a empreitada da Obra

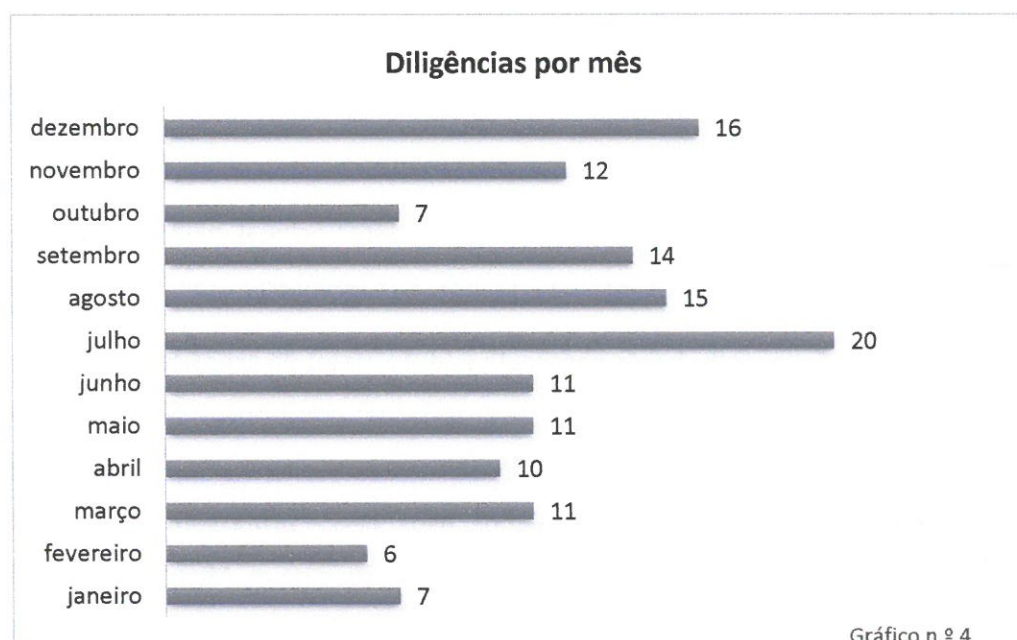
II – Atividades de apoio à Comunidade

A - Atendimento e Orientação Social

Em 2022 a Misericórdia assina com o Município de Portimão o Protocolo de Cooperação no âmbito do Projeto de Acompanhamento e Apoio Social de Proximidade. Esta parceria veio facilitar o trabalho já desenvolvido, permitindo o encaminhamento direto para a acção social do Município que, com a transferência de competências, ocorrida em 2021, tem os meios e recursos adequados para o diagnóstico e acompanhamento de indivíduos e famílias socialmente vulneráveis.

No decorrer do ano a Misericórdia realizou **140 diligências** decorrentes de atendimentos, tendo o mês de Julho sido o que registou mais diligências, conforme se pode visualizar no *Gráfico n.º 4*.

Foram realizados **23 atendimentos**, tendo sido beneficiados o total de **34 indivíduos**.



B - Rastreio de hipertensão e Diabetes

Esta actividade foi retomada em 2022 após a suspensão por 2 anos por motivos sanitários. As sessões continuaram a ser realizadas às segundas-feiras, das 16h00 às 17h00, conforme a disponibilidade da enfermeira que assegura esta actividade em regime de voluntariado. Ao longo do ano foram realizadas **11 sessões** (desde junho). Através do Gráfico n.º 5 verificamos que foram feitos **71 medições/testes** (tensão arterial e glicémia), com menor afluência durante os meses de Verão. Beneficiaram desta acção **22 indivíduos**, com idades entre os 46 e os 87 anos. A média de idades foi de 72 anos.

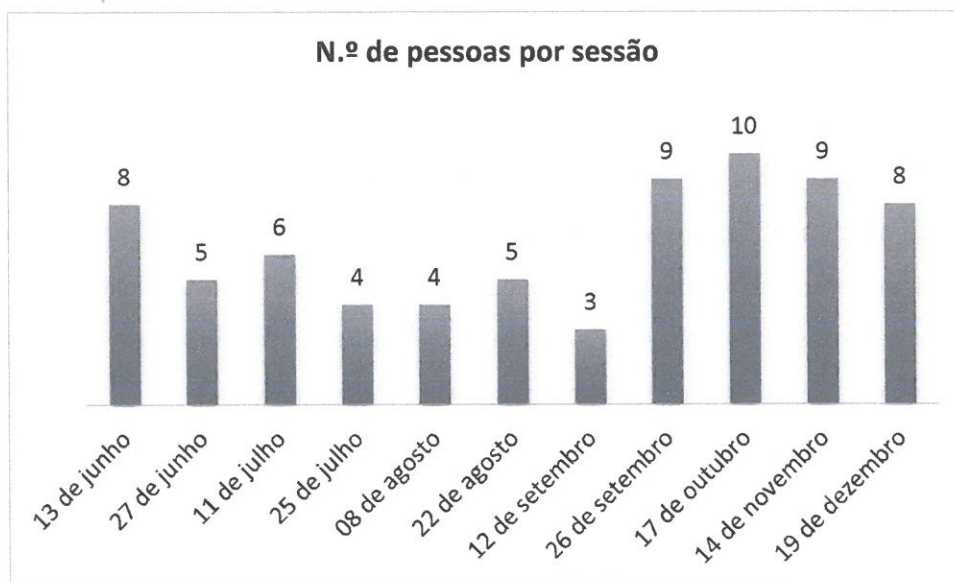


Gráfico n.º 5

III - Actividades Socioculturais e de Educação Patrimonial



A - “Memória Viva” – Projeto Intergeracional para a salvaguarda do Património Imaterial da Freguesia da Mexilhoeira Grande

Após o adiamento consecutivo (duas vezes) da exposição “Memória Viva – Brinquedos, Brincadeiras e Oralidades” por motivos sanitários (Covid-19), finalmente em janeiro de 2022 encerramos o projeto com a apresentação do trabalho que os alunos, avós, pais e professores da Escola EB1 da Mexilhoeira Grande, em coordenação com a Misericórdia, realizaram

durante o ano lectivo de 2019-2020.

Foram seis dias de exposição, cinco dias de visitas para as escolas e um dia (sábado) para a dinamização da *Oficina do brinquedo*, por dois avós. No total, a exposição teve **172 visitas**.

Al. A.
Santos Bt

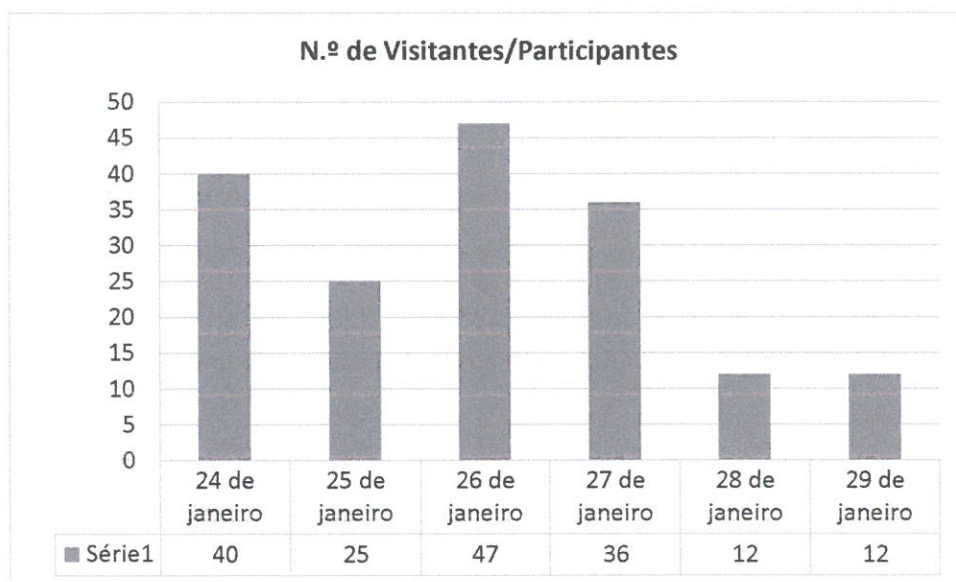


Gráfico n.º 6



B -Sessão de Capacitação Digital

A Misericórdia de Mexilhoeira Grande aderiu à iniciativa do Programa EUSOUDIGITAL, inscrita no Plano de Ação de Transição Digital, cujo objectivo foi o de promover a literacia digital de adultos. A sessão teve a duração de duas horas e foram abordados os seguintes temas: Descobrir a internet; - Saber navegar; - Saber fazer pesquisas; - Criar uma identidade digital; - Usar uma caixa de correio eletrónico; - Criar conta em redes sociais.

A sessão realizou no dia 23 de junho. Teve 10 inscrições, mas apenas 9 compareceram.



C - Jornadas Europeias do Património 2022

Como tem sido habitual, desde 2015, a Misericórdia voltou a juntar-se à iniciativa do Museu de Portimão "A Nossa Cultura Sai à Rua", inserida nas Jornadas Europeias do Património.

No seguimento do projeto "Memória Viva" – Projeto para a Salvaguarda do Património Imaterial, a actividade proposta pela Misericórdia não poderia ser outra senão a dinamização da *Oficina do Brinquedo*, aproveitando para valorizar os saberes contidos na construção dos brinquedos e na recreação

das brincadeiras de outrora.



D – Celebração da época Natalícia

Foi com vontade redobrada que iniciamos a celebração desta época. Voltamos a preparar os presépios, os quais foram inaugurados no dia da Nossa Senhora da Conceição, a 08 de dezembro, com momento musical e lanche convívio para a comunidade. Nos dias seguintes e até ao dia de Reis os presépios formam bastante visitados.

Demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados

Anexo

Demonstração de Fluxo de Caixa

Parecer do Conselho Fiscal

A Mesa Administrativa

Provedor

[Assinatura]

Vice – Provedor

Susana Santos

Tesoureiro

Flávia Afonso

Secretário

Bruno Inácio

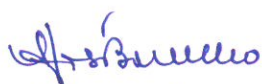


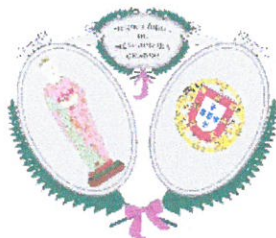
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 501384790

Moeda : Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	DATAS
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	188 884,20	79 607,30
Investimentos financeiros	8	1 010,19	658,98
		189 894,39	80 266,28
Activo corrente			
Inventários	9		
Créditos a receber	10		
Estado e outros entes públicos	12	9 519,15	1 550,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24	336,20	
Diferimentos	14	548,62	
Outros ativos correntes	13	74,99	
Caixa e depósitos bancários	4	936 137,47	1 077 425,40
		946 616,43	1 078 975,90
Total do activo		1 136 510,82	1 159 242,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	8 550,76	8 550,76
Resultados transitados	15	1 096 324,08	1 122 107,21
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		52 019,65	52 019,65
Subsídios ao Investimento	15		
Doações		1 078,00	52 019,65
		1 156 894,49	1 182 677,62
Resultado líquido do período		-26 556,79	-25 783,13
Total dos fundos patrimoniais		1 130 337,70	1 156 894,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	327,60	396,49
Estado e outros entes públicos	12	580,36	551,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24		
Financiamentos obtidos	25		
Diferimentos			
Outros passivos correntes	16	5 265,16	1 400,00
		6 173,12	2 347,69
Total do passivo		6 173,12	2 347,69
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 136 510,82	1 159 242,18


 Bruno Inácio
 Susana Santos
 Paula Afonso

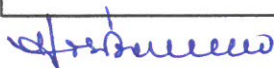


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO

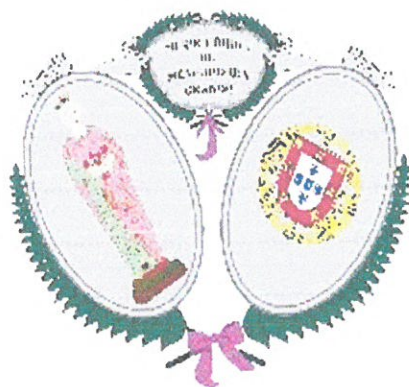
Contribuinte: 501384790

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	1 766,05	1 249,70
Subsídios, doações e legados à exploração	18	34,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais			
Outras entidades públicas			
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		34,00	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	19	-4 792,55	-5 375,81
Gastos com o pessoal	20	-19 457,39	-19 896,06
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	21	2 215,96	615,00
Correcções relativas a anos anteriores	5	1 634,23	0,00
Correções positivas de participação do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		1 634,23	
Imputação de subsídios ao investimento	15 / 18		
Outros rendimentos		581,73	615,00
Outros gastos e perdas	22	-3 122,43	-169,24
Correcções relativas a anos anteriores	5	-2 838,07	0,00
Correções negativas de participação do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		-2 838,07	
Outros gastos		-284,36	-169,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-23 356,36	-23 576,41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-4 056,07	-3 421,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27 412,43	-26 998,06
Juros e rendimentos similares obtidos	23	855,64	1 258,49
Juros e gastos similares suportados	23		-43,56
Resultados antes de impostos		-26 556,79	-25 783,13
Imposto sobre o rendimento do período	12		
Resultado líquido do período		-26 556,79	-25 783,13


 Róica Afonso
 Susana Santos
 Bruno João

Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande



Anexo

31 de março de 2023

Handwritten signature and initials:
St. M. PI

Índice

1	Identificação da Instituição	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Caixa e Depósitos Bancários.....	8
5	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:	9
6	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
7	Ativos Intangíveis.....	11
8	Investimentos Financeiros.....	11
9	Inventários.....	11
10	Créditos a Receber	12
11	Fornecedores.....	12
12	Estado e Outros Entes Públicos	12
13	Outros Ativos Correntes	12
14	Diferimentos.....	12
15	Fundos Patrimoniais	13
16	Outros Passivos Correntes.....	13
17	Rédito	13
18	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	13
19	Fornecimentos e Serviços Externos.....	13
20	Benefícios dos Empregados.....	14
21	Outros Rendimentos	14
22	Outros Gastos e Perdas	14
23	Resultados Financeiros.....	15
24	Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	15
25	Financiamentos Obtidos.....	15
26	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	15
27	Acontecimentos após Data de Balanço.....	15

1 Identificação da Instituição

Al. A.
Santos PI

ESTRUTURA JURÍDICA E FORMAL DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande é uma Associação sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva, com os estatutos publicados em Diário da República n.º 24, III série, datado de 28 de janeiro de 1984, com sede social na Rua Francisco Bívar n. 74, 8500-132 Mexilhoeira Grande. Tem como propósito satisfazer obras sociais dando expressão organizada ao dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, podendo ainda alargar o seu âmbito de atividade aos setores dos setores da saúde, educação e cultura.

CORPOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José João Albano Dias

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Rita Joana da Silva Pinto Dias

SEGUNDO SECRETÁRIO: Adosinda da Silva Calhau Guia

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Maria dos Anjos M. Cristino

SECRETÁRIO: Susana Isabel da Silva Guia

VOGAL: Aba Sofia Anacleto Luís

PRIMEIRO SUPLENTE: Eduardo Joaquim de Jesus Norte

SEGUNDO SUPLENTE: Adérito Manuel Guia

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: António José Borralho

VICE-PRESIDENTE: Susana Filipa da Silva Santos

SECRETÁRIO: Bruno Miguel Amores Inácio

TESOUREIRO: Mónica Filipa Várzea Afonso

VOGAL: Armando da Conceição Esteves

PRIMEIRO SUPLENTE: Maria da Conceição Fernandes

SEGUNDO SUPLENTE: António Custódio Sousa

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

df. Santos BI

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras apresentam-se comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

cl. 1.º - 1.º - 1.º B1

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ad. J. Santo BI

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

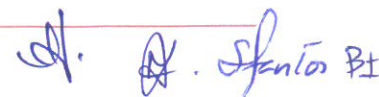
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	De 1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 8 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento dizem respeito aos fundos de compensação, 10 acções que detém da TVI e 1 Obrigação de Dívida Pública.



3.2.3 Ativos Intangíveis

Apesar de não existirem, é política que os “Ativos Intangíveis” sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidos pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto indicado corresponde à retenção do valor do IRS da funcionária, ao valor a pagar da segurança social da mesma e ao valor da retenção da conta de juros de depósitos a prazo.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	232,86	197,29
Depósitos à ordem	38.410,62	14.734,12
Depósitos a prazo	897.493,99	1.062.493,99
Outros		
Total	936.137,47	1.077.425,40

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

No exercício não se observaram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, sendo que as alterações nas estimativas e erros foram registadas nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores.

Descrição	Gastos	Rendimentos
Correções de comparticipação do ISS, IP		
Outras correções	2.838,07	1.634,23
Total	2.838,07	1.634,23

6 Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de referência, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Ano de 2021

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	9.083,02	1.078,00				10.161,02
Edifícios e outras	44.446,51	50.850,00				95.296,51

construções						
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	2.263,00	789,77				3.052,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.331,00	239,99				10.570,99
Investimentos em curso	5.993,12	14.306,01				20.299,13
Total	74.230,55	67.263,77	0.00		0.00	141.494,32

Depreciações acumuladas

2021				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	44.446,51	1.509,62		45.956,13
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	2.263,00	789,77		3.052,77
Outros Ativos fixos tangíveis	9.641,96	1.122,26		10.764,22
Investimentos em curso				
Total	58.465,37	3.421,65	0,00	61.887,02

Ano de 2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	10.161,02			12.712,50	-6.358,08	16.515,44
Edifícios e outras construções	95.296,51			-12.712,50	-4.520,25	78.063,76
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	3.052,77		379,00			2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.570,99					10.570,99
Investimentos em curso	20.299,13	112.228,88				132.528,01
Total	141.494,32	112.228,88	379,00	0,00	-10.878,33	242.465,87

Depreciações acumuladas

2022				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	45.956,13	3.594,82	9.944,19	39.606,76
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	3.052,77		379,00	2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.764,22	461,25	2.038,23	9.187,24
Investimentos em curso				
Total	61.887,02	4.056,07	12.361,42	53.581,67

Os terrenos e recursos naturais foram acrescidos pela transferência de 25% do patrimônio predial urbanos e reduzidos pelo ajuste dos valores iniciais ao valor patrimonial identificado.

Os edifícios e outras construções foram ainda ajustados negativamente para ajustar os valores iniciais ao valor patrimonial.

7 Ativos Intangíveis

Al. A. Santos PT

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.2 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” outros ativos.

8 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2022	2021
Saldo Inicial	658,98	539,46
Aumentos	351,21	119,52
Alienações		
Saldo Final	1.010,19	658,98

9 Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada encontram-se apresentadas no ponto 3.2.3 (acima).

Em 31 de Dezembro a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021		
	Inventário inicial	Compras/regularizações	Inventário final
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Total			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			

Descrição	2022		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Total			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			

Handwritten signature and initials: J. Spinto, BS

10 Créditos a Receber

A rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Total	0,00	0,00

11 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	327,60	396,49
Total	327,60	396,49

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento de Capitais	38,32	276,26
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.480,83	1.274,24
Total	9.519,15	1.550,50
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	151,39	133,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Segurança Social	418,20	418,20
FCT e FGCT	10,77	
Total	580,36	551,20

13 Outros Ativos Correntes

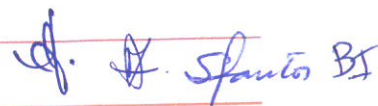
A rubrica "Outras contas a receber, ativo corrente" tinha a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Outros financiadores		
Outros devedores	74,99	
Total	74,99	

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Outras despesas c/ custo diferido	548,62	
Total	548,62	



15 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.550,76			8.550,76
Resultados transitados	1.122.107,21		25.783,13	1.096.324,08
Outras variações nos fundos patrimoniais	52.019,65			52.019,65
Total	1.182.677,62	0,00	25.783,13	1.156.894,49

16 Outros Passivos Correntes

A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar (outras operações)		1.076,39		
Remunerações a pagar (acréscimos gastos)		2.633,14		
Fornecedores de Investimentos		100,00		
Credores por acréscimo de gastos		54,15		
Outros credores		1.401,48		1.400,00
Total	0,00	5.265,16	0,00	1.400,00

17 Rédito

Os critérios de reconhecimento do rédito encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima.

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotizações e jóias	291,50	339,70
Serviços secundários	1.474,55	910,00
Total	1.766,05	1.249,70

18 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Instituição, no período de 2022 não recebeu subsídios, contudo há registar nesta rubrica um donativo de € 34,00.

19 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro foi a seguinte:

df. A. Santos BT

Descrição	2022	2021
Subcontratos		
Serviços especializados	2.631,01	3.110,26
Materiais	401,28	65,00
Energia e fluidos	815,61	484,88
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	944,65	1.715,67
Total	4.792,55	5.375,81

20 Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	15.907,51	16.229,44
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	3.314,55	3.362,51
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	136,93	304,11
Outros Gastos com o Pessoal	98,40	
Total	19.457,39	19.896,06

Durante os anos de 2021 e 2022, à data de 31 de dezembro, estava ao serviço 1 funcionário.

21 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos em investimentos financeiros	221,73	
Rendimentos em investimentos não financeiros	360,00	
Outros rendimentos e ganhos	1.634,23	615,00
Total	2.215,96	615,00

22 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1,48	109,24
Dívidas Incobráveis		
Outros gastos e perdas	3.120,95	60,00
Total	3.122,43	169,24

23 Resultados Financeiros

Nos períodos foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		43,56
Total	0,00	43,56
Juros obtidos		
Outros Rendimentos similares	855,64	1.258,49
Total	855,64	1.258,49
Resultados Financeiros	855,64	1.214,93

24 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de dezembro a rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	336,20	0,00
Total	336,20	0,00
Passivo		
Quotas (adiantamentos)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

25 Financiamentos Obtidos

A rubrica financiamentos obtidos não apresenta saldos para os períodos em questão.

26 Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2022, não se encontra obrigada à certificação legal de contas.

27 Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Contribuinte: 501384790

Moeda: EUROS

		DATAS	
RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	10 / 17	2 152,20	1 249,70
Pagamentos a fornecedores	9 / 11 / 19	-6 934,17	-10 536,32
Pagamentos ao pessoal	20	-11 581,95	-20 012,86
Caixa gerada pelas operações		-16 363,92	-29 299,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	276,26	515,79
Outros recebimentos/pagamentos	18	-6 768,97	-15 500,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-22 856,63	-44 284,58
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6 / 16	-119 191,46	
Investimentos financeiros	8	-129,48	-119,52
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	23	855,64	1 258,49
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-118 465,30	1 138,97
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	18	34,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	23		-43,56
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		34,00	-43,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-141 287,93	-43 189,17
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		1 077 425,40	1 120 614,57
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	936 137,47	1 077 425,40

Assinatura
 D. Maria Afonso
 Susana Santos
 Bruno Inácio



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Ano de 2022

Em conformidade com o exposto na alínea e) do artigo 40º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o relatório de contas do ano civil de 2022.

Após analisados os balancetes, o balanço, as contas, a demonstração de resultados, o relatório geral de contas e depois de ouvir os esclarecimentos da Mesa Administrativa, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo ao relatório de contas do ano de 2022.

Mexilhoeira Grande, 27 de Março de 2022

O Conselho Fiscal

A Presidente

Maria do Carmo Louçã de Almeida Cristino

A Secretária

Guimarães Isabel de Sá Gomes

A Vogal

Ana Sofia A. Luis

